

## Editorial

O **Jornal do Engenheiro** está de cara nova. Depois de eleita a nova diretoria do Sindicato, tomamos logo o cuidado de produzir um primeiro número para abrir um debate sério sobre as questões conjunturais do movimento sindical e do Brasil pós-Collor. Nós achamos que a nossa categoria e a sociedade de uma forma geral precisa ser alertada da importância desse movimento, que culminou com o impeachment de Collor. A "menina" Democracia brasileira deu prova de maturidade, quando sobrepôs suas instituições aos casuísmos que estamos acostumados a ver. Este fato deve marcar a história sob duas óticas: por resgatar a credibilidade da classe política nacional e por creditar grande responsabilidade à sociedade, sobretudo aos setores organizados nos quais o nosso **Senge** está inserido. A ética e a co-responsabilidade profissional da engenharia nacional deverá ser nosso princípio norteador, dentro de um processo de mudança para um novo Brasil.

Neste ano, não teremos eleições no Brasil. Mas o Plebiscito de 21 de abril, que decidirá qual o regime de governo que teremos no país para os próximos anos, deverá ser encarado por nós com toda a seriedade e atenção. A sociedade ainda não está esclarecida a respeito das opções República ou Monarquia e Parlamentarismo ou Presidencialismo e estamos quase às vésperas do Plebiscito, o que é grave.

Preocupado com esta situação, o **Senge** deu a sua parcela de contribuição ao momento. Mudamos um pouco o ritual de posse da nova diretoria, ao apresentarmos, durante a solenidade, um debate sobre Parlamentarismo e Presidencialismo com o Vereador Fernando Ferro, do PT, o deputado Renildo Calheiros, do PC do B e o senador Marco Maciel, do PFL. É nosso propósito continuarmos atentos ao Brasil melhor que todos nós queremos. É nesse sentido que o **Senge** pretende lutar. O **Jornal do Engenheiro** é também um instrumento de nossa luta. Portanto, participe. Esse papel é seu também.

**A Diretoria**

**NOSSO JORNAL  
ESTÁ DE VOLTA  
E dessa vez prá ficar!**



*Depois de um longo período fora de circulação, o **Jornal dos Engenheiros** reaparece de cara nova e periodicidade mais regular.*

### **Congresso Nacional**

*Que país é este? Que engenheiros somos nós? Fique por dentro e leia a página 3. Em detalhes, O Congresso Nacional da categoria, que vai acontecer entre os dias 25 e 28 de março, no Rio.*

### **Jarbas no JE**

*O prefeito Jarbas Vasconcelos, em entrevista ao JE, faz um balanço de seus primeiros meses de governo e dá seu depoimento sobre o tratamento a ser dispensado ao engenheiro na sua gestão. Pág. 7*

### **Índices e custos**

*Na última página, veja todos os números da engenharia civil.*

# O engodo das Privatizações

**A** monumental farsa que se instalou no país com o Governo Collor teve como um de seus carros-chefes a tentativa de convencimento à nação de que a privatização dos serviços públicos era a principal providência para a solução dos problemas de nossa economia. Com esse objetivo, o governo fundamentou o seu discurso neo-liberal em falsas premissas, visando corroborar os seus sofismas. Vejamos algumas delas.

"É preciso privatizar para aumentar a eficiência das empresas". Essa afirmação é totalmente falsa. Para lastrear tal argumento, o Governo usou pesadamente a mídia, durante meses, para difundir a imagem da ineficiência dos serviços públicos, gastando fabulosas quantias do erário em propaganda demolidora. Ao mesmo tempo, esvaziava os serviços públicos, tirando-lhes as funções, demitindo funcionários, arrochando os salários, cortando verbas das atividades essenciais, suprimindo-lhes as condições de trabalho e acobertando uma desbragada corrupção, que desmoralizava o servidor.

Mesmo assim, exemplos de eficiência se destacam nos serviços públicos, ao mesmo tempo que muitas empresas privadas não conseguem resultados satisfatórios, mostrando que o que realmente é decisivo para o melhor desempenho de uma empresa, seja ela pública ou privada, é a qualidade do seu gerenciamento.

"A privatização é sinônimo de modernidade". Outra falsidade. O conceito neo-liberal de modernidade preconiza a concentração de riqueza para a minoria e o empobrecimento da maioria. Os poucos surtos de modernidade no Brasil sempre aconteceram a partir das estatais. Foram elas, as empresas estratégicas, geradoras de desenvolvimento e riqueza como aço, petró-

leo, produtos químicos, mineração, energia, saneamento, telecomunicações, universidades, etc, que investiram maciçamente em regiões e ramos da economia, onde o setor privado não quis arriscar, gerando empregos, formando profissionais de alto nível e assimilando uma tecnologia proeminente.

"A venda das estatais vai arrecadar fundos para aplicação em obras sociais". Quanta balela! Até hoje as privatizações feitas constituíram-se em um verdadeiro crime de lesa-pátria. O valor de venda das empresas não atinge a quinta parte do seu custo real. Além disso, mesmo desse valor aviltado, apenas poucos mais de 1% foi pago em moeda corrente. O resto foi pago com títulos desvalorizados, conhecidos como "moeda podre". Sendo assim, as obras sociais não têm nada a ganhar com essas privatizações.

Em boa hora, o Governo Itamar chamou a si a responsabilidade de rever esse programa. Algumas atividades estão mesmo mal situadas nas mãos do poder público, mas não se pode generalizar e confundir com as que têm função social, as que constituem serviços essenciais à população ou as que têm função estratégica de interesse do Estado. Veja-se o exemplo do Lafape. Por pouco não foi privatizado. Hoje cumpre um importante papel estratégico, junto com outros laboratórios, na regulação dos preços dos remédios produzidos pelos laboratórios privados.

Se é para comparar com o chamado Primeiro Mundo, é bom observar que vários países ricos como Alemanha, França, Espanha, Áustria e até o Japão, mantêm sob controle do Estado elevados índices de atividades, variando entre energia, saneamento, linhas aéreas, correios, saúde pública, etc.

*Clóvis Arruda.*

## Mais do que um imposto, um censo

2 **Às vésperas da votação pelo Senado, em segundo turno, do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira - IPMF, assistimos a acontecimentos políticos que aguçam as nossas suspeitas e nos conduzem a meditar sobre o assunto.**

Banqueiros, grandes empresários e políticos que os apoiam deflagram uma aguerrida campanha contra esse imposto, constituída pela atuação de poderosos "lobbies" sobre o Senado, mobilização da chamada grande imprensa nacional e até mesmo, pasmem, um inusitado comício de colarinho branco em São Paulo, ao qual não faltou claque organizada por setores sindicais coop-

tados.

É claro que qualquer imposto deve ser encarado com desconfiança pela população que é, afinal, quem os paga a todos. Mas, desta vez, o que é de se estranhar é que a forte reação está vindo exatamente dos grupos que têm autonomia para repassar os custos e serem serem os verdadeiros fazedores de preços da economia.

Hipocritamente, alegam que o IPMF irá provocar recessão e inflação e será agravado pelo efeito cascata.

Cascata nos parece essa súbita preocupação com o ônus da grandeza de 0,25%, oriunda de um segmento que sempre ganhou muito com a in-

flação e nunca se pronunciou com qualquer reação contra as segundas elevações de preços perpetradas por conhecidos setores, que vão de 30 a 35% mensais e chegam, algumas vezes, a 50 e 60%.

Na verdade, o que motiva essa reação é a característica da universalidade que tem esse tipo de imposto: todos irão pagar. Pela primeira vez na história da república ter-se-á a possibilidade concreta de desvendar-se a verdadeira grandeza da economia nacional. Perscrutar-se-á o tamanho da chamada economia informal, aquela que abriga o comércio ilegal, as contravenções, o contrabando, as sonegações, os ganhos

ilegítimos, o caixa 2 etc.

O temor não é pela ameaça de se passar a pagar 0,25% sobre esses ganhos ocultos e sim, pela probabilidade de que, uma vez revelados, a Receita se instrumente para tributá-los convenientemente.

E o povo? Este já sabe, tristemente, que acaba pagando todos os encargos. Mas se o IPMF conseguir mesmo levantar o véu que encobre toda essa fatia subterrânea da economia, terá valido a pena esses 0,25% a mais. Até porque, afinal, ele se diz provisório.

*Clóvis Arruda*

### EXPEDIENTE

**Presidente:** Carlos Roberto Aguiar.  
**Vice-Presidente:** José Lima de Souza.  
**Dir. Tesoureiro:** Clayton Ferraz de Paiva.  
**Dir. Secretário:** Leonardo Teixeira de Sales.  
**Dir. Ciência e Tecnologia:** Adelson de Souza Neves.  
**Dir. Divulgação e Cultura:** Clóvis Arruda D'Anunciação.  
**Dir. Relações Sindicais:** Severino José da Silva.  
**Sup. de Diretoria:** Amaro Viana de Queiroz.  
**Sup. de Diretoria:** José Rodolfo Rangel Moreira Cavalcanti.  
**Sup. de Diretoria:** José Anchieta de Vasconcelos Gomes.  
**Sup. de Diretoria:** Joaquim Soares da Mota Filho.  
**Sup. de Diretoria:** Francisco Nicodemos Campos.  
**Sup. de Diretoria:** José Antônio Gonçalves da Silva.  
**Sup. de Diretoria:** Nelson Vianna Pely.  
**Rep. na Consenge:** Arnaldo Torres Santos.  
**Rep. na Consenge:** Carlos Alberto Leite Silva.  
**Rep. na Consenge:** Roberto Luiz de Carvalho Freire.  
**Sup. na Consenge:** Alberto Benning Paes Barreto.  
**Conselho Fiscal:** José de Albuquerque Porciuncula Filho.  
**Conselho Fiscal:** João Francisco Silveira de Moraes.  
**Conselho Fiscal:** Erick Torres Poggi de Figueiredo.  
**Sup. do Conselho Fiscal:** Laércio Flávio de Menezes Guedes.  
**Sup. do Conselho Fiscal:** Edjair de Siqueira Alves.  
**Sup. do Conselho Fiscal:** Deusdedit Mello Filho.  
**Este jornal é uma publicação oficial do Senge-PE, Sindicato dos Engenheiros de Pernambuco. Rua Afonso Pena, 149 - Recife-PE. Redação, Revisão e Edição:** Regina Perrusi.  
**Jornalista Responsável:** Regina Perrusi (MTb 1732-PE).  
**Diagramação e Ilustração:** Libório.  
**Composição:** Jailro Barbosa.  
**Impressão:** Gráfica do Sindicato dos Bancários.  
**Tiragem:** 2 000 exemplares.  
**Recife - Mar/1993**

# Engenheiros discutem um modelo de desenvolvimento para o país

“Que país é este e que engenheiros somos nós?” será o tema do II Congresso Nacional dos Engenheiros, que acontecerá entre os dias 14 a 17 de abril, no Rio de Janeiro. Cada Senge deverá apresentar, no mínimo, duas teses. O Senge-PE está inscrito para a apresentação das seguintes: relações Crea/Senge e Clube de Engenharia e Privatizações. Estão abertas as inscrições para a apresentação de teses individuais. Os interessados podem obter maiores informações na sede do Sindicato.

Para a preparação desse congresso, o Senge-PE estará também realizando o Seminário Estadual dos Engenheiros nos dias 02 e 03 de abril, em Recife. Será nessa oportunidade que a categoria poderá participar das discussões sobre as teses de seu Sindicato e definir os critérios de participação no II Congresso Nacional. O temário geral do evento foi decidido na 5ª Reunião da Consenge - Coordenação Nacional de Sindicatos de Engenheiros, da qual participaram os diretores Arnaldo Santos, Carlos Roberto de Brito, Roberto Freire, Clayton Ferraz, Carlos Alberto Leite e Silva e Alberto Benning, por Pernambuco.

Um modelo de desenvolvimento para o Brasil pós-Collor é o primeiro assunto do temário. Além disso, será discutida a reforma constitucional prevista para esse ano e a questão da organização da categoria. O Congresso deverá contar com a participação de estrelas nacionais da política como a deputada federal Benedita da Silva, do PT. Além dela, os companheiros de Minas Gerais, Sergipe, Espírito Santo, Maranhão, Bahia e Paraná já asseguraram presença. É de responsabilidade da Consenge a organização do II Congresso Nacional dos Engenheiros. A entidade é formada por entidades da Bahia, Volta Redonda, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia e Sergipe. A Consenge é filiada à CUT.



## Últimas Notícias

**1.** O valor do imposto sindical está dentro dos limites recomendados pela Consenge. A informação é do representante do Senge-PE na Consenge, Arnaldo Santos. Segundo ele, o valor do tributo até 28 de fevereiro deve ser de Cr\$ 47.149,00.

**2.** Os trabalhadores da CPRM filiados ao Senge-PE entraram no mês passado com uma ação na Justiça, através da assessoria jurídica do Sindicato, para receber as perdas salariais do Plano Collor. O processo está sendo elaborado pelo advogado João Batista. Subscvem a ação todos os geólogos e engenheiros da CPRM domiciliados em Recife.

**3.** A contribuição social para o ano de 1993 ficou estabelecida em 0,4% do salário mínimo profissional do engenheiro. Ex. Em janeiro de 93 =  $0,004 \times 6 \times 1.250,700 = \text{Cr\$ } 30.016,80$ .

**4.** A partir de maio, volta a funcionar o consultório odontológico do Sindicato. A vantagem, para quem não sabe, é que o associado arca apenas com as despesas de custo de materiais e/ou equipamentos utilizados no tratamento. Maiores informações com Rose, pelo telefone: 222.2902, das 12 às 18 horas.

**5.** Os granitos ornamentais, de acordo com informações de João Morais, já ocupam o 4º lugar na pauta das exportações brasileiras de bens minerais primários. Em primeiro lugar, vem o minério de ferro, com 83,5% das receitas; segundo, a bauxita e depois, o manganês. A produção de granitos ornamentais em Pernambuco vem crescendo também, embora não passe de 1% da nacional. Nosso estado tem grandes reservas inexploradas ainda.

**6.** Fazem parte do novo Conselho do Crea-PE, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Pernambuco os companheiros Armando Francisco da Silva Filho, Murilo Coutinho, Clóvis Arruda, Francisco Campos, Ronaldo Cavalcanti, José Almir Ramos e Silva, José Antônio da Silva e Francisco de Barros. A posse foi no dia 3 de fevereiro na sede da entidade.

O BRASIL PÓS-COLLOR

# Geocientistas tiram documento nacional

*Durante a reunião do 5º Conselho deliberativo do Consenge em outubro do ano passado, realizada em Recife, foi tirado um documento com as propostas e a análise dos rumos que o país deve tomar nesses próximos anos. É o "Brasil no período pós-Collor".*

Nesse texto, os engenheiros reafirmam a sua posição em favor da ética nacional e exigem o fim da recessão e a retomada do crescimento com garantia de pleno emprego, recuperação dos salários e redistribuição da renda nacional, com justiça social e a supressão do projeto neo-liberalizante do governo Collor, além da redefinição do tamanho e do papel do Estado e da dívida externa.

Na emoção da vitória do impeachment, os engenheiros cobraram ainda, nesse documento enviado a todas as entidades representativas da categoria no país, a defesa e o aprimoramento da tecnologia nacional com controle dos pacotes tecnológicos, uma mudança nas legislações eleitorais, fiscal, tributária, previdenciária e educacional e a redução da violência, de forma a conter mais a onda de corrupção no país e garantir o acesso a direitos básicos do cidadão.

Em uma auto-avaliação, os companheiros chegaram a seguinte conclusão: entendemos poder contribuir de um modo mais efetivo, se priorizarmos algumas questões, sem prejuízo de uma visão abrangente, tais como a sustentação do projeto privatizante e discussão caso a caso com os trabalhadores, com a sociedade e com o Congresso Nacional; discussão de um projeto de reforma de Estado que vise colocá-lo efetivamente a serviço do social; desenvolvimento nacional com recuperação tecnológica e pleno emprego; outras questões tornadas emergenciais no Governo Itamar como ajuste fiscal, previdência, organi-

zação sindical, relações de trabalho, etc.

## Geocientistas também cobram aprimoramento tecnológico

Foi nessa mesma linha de pensamento, que os geocientistas e profissionais de geologia aprovaram o Manifesto de São Paulo. O documento foi preparado por ocasião da Assembléia Geral Ordinária da Sociedade Brasileira de Geologia - SBG - realizada em 14 de dezembro de 1992, durante o 37º Congresso Brasileiro de Geologia, em São Paulo. De Recife, foi o companheiro João Morais. O Manifesto considera o aprimoramento científico e tecnológico como "fundamental para o desenvolvimento econômico e social de uma nação".

Participaram do evento o Ministro Walter Borelli, do Trabalho e diversos deputados do PT e PMDB, além de personalidades internacionais da Federação Internacional dos Mineiros.

O documento apresenta oito pontos e alguns deles consideram que a mineração deve ser compatível com o meio ambiente e que a comunidade científica está capacitada para continuar aprimorando-se profissionalmente, no sentido de oferecer soluções, visando conciliar o aumento da produção mineral com a preservação e recuperação do meio ambiente.

A questão do petróleo é vista pelos profissionais da geologia também pela ótica do fortalecimento do "monopólio estatal", segundo eles, "posto em dúvida pela política neo-liberal do



desastrado governo Collor". A categoria cobra mais investimentos nesse setor, sobretudo nas áreas de pesquisa, exploração e produção petrolífera.

O manifesto afirma ainda que é "fundamental" o papel do geólogo na retomada do desenvolvimento econômico nas áreas de petróleo, mineração e água subterrânea. Para isso, exige uma maior atualização profissional e propugna, no final, uma distribuição de renda social mais justa dos bens e produtos gerados pelo desenvolvimento econômico, especialmente daqueles provenientes do progresso das geociências e do trabalho dos profissionais das geologias.

De Recife, foram apresentados trabalhos de alunos e professores da UFPE e da CPRH. João Morais, por exemplo, levou ao Congresso um estudo sobre as rochas máficas e ultra-máficas da região de Monte Orebe, no extremo oeste de Pernambuco. Ao todo, foram 50 exposições feitas por profissionais de todo o país.

# Governo desrespeita lei federal

A publicação de um edital de concurso para o Governo de Pernambuco reabriu mais uma vez uma ampla discussão acerca do salário mínimo profissional do engenheiro. Nesse edital, o governo - ao oferecer uma remuneração prevista em Cr\$ 1.500.000,00 - desrespeita a lei 4950-A, que estabelece um piso de seis salários mínimos. O Senge-PE deve começar a mobilizar a categoria nesse sentido.

Desde 1985 que o Senge-PE vem participando de diversos movimentos para regulamentar o piso salarial da categoria. Durante o Governo Roberto Magalhães, o Sindicato conseguiu recuperar o nível salarial na equivalência de seis salários mínimos, embora não tenha conseguido fixá-lo em lei. A entidade chegou a obter promessas em 1990, do secretário de finanças da Prefeitura da Cidade do Recife, Luiz Alberto Passos, no sentido de que seria enviado à Câmara um projeto de lei para os nossos seis salários mínimos como mínimo profissional dos engenheiros. Atualmente a maioria da categoria empregada no serviço público municipal e estadual recebe de um a dois S.M.

Em função disso e mais o agravante desse edital de concurso que desrespeita uma lei federal, a diretoria do Senge-PE tomou a decisão de visitar o governador Joaquim Francisco e o prefeito Jarbas Vasconcelos como medida inicial para a solução do problema. Em Volta Redonda, no Amazonas e no Rio Grande do Norte, foi a mobilização da categoria a responsável pelo sucesso que os seus sindicatos conseguiram, em relação ao pagamento dos seis salários mínimos. Abaixo maiores esclarecimentos sobre a questão.

Após a promulgação da Constituição Federal, muitos associados do Senge-PE apareceram com dúvidas sobre o salário mínimo pro-

fissional. Acharmos conveniente, portanto, esclarecer a categoria sobre o assunto, bem como a jornada de trabalho.

1 - A Constituição Federal em seu Artigo 7º, inciso IV, proíbe a vinculação do salário mínimo para qualquer fim.

2 - A Lei nº 7789/89, que trata do salário mínimo, em seu Artigo 3º, volta a repetir a proibição da vinculação do salário mínimo, exceto para benefícios da Previdência Social.

3 - A Lei nº 4950-A, toma o salário mínimo como referência para fixar o mínimo profissional do engenheiro, ou seja, "piso" ou "patamar mínimo".

4 - A Constituição da República Federativa do Brasil, no mesmo Artigo 7º, inciso V, legitimou a garantia Constitucional da existência da complexidade do trabalho, estimulando assim, que as categorias tomassem seus pisos em função do salário mínimo.

5 - O Poder Executivo, nas Medidas Provisórias, Projetos de Lei, Portarias, etc., vem constantemente utilizando o salário mínimo para a fixação de abonos, reajustes salariais, etc.

O objetivo dos legisladores na redação do projeto

Constituinte era o de evitar a utilização do salário mínimo como índice de reajustes monetários para aluguéis, consórcios, prestações, entre outros. Dessa forma, o salário mínimo, no uso específico do piso salarial, vem servindo apenas como base de referência e não, como valor de correção monetária.

No caso específico dos engenheiros, isso quer dizer que as correções no salário

mínimo não implicam aumento para toda a categoria, mas sim, para aqueles que recebem o piso salarial. Logo, não existe vinculação, mas referência do salário base. Portanto, continuam vigentes os contratos de trabalho que fixam a remuneração de salário mínimo como base salariais. Não existe então, qualquer ato de inconstitucionalidade ou ilegalidade no acatamento da Lei nº 4950-A.



## Jornada de Trabalho

Quanto à jornada de trabalho, a mesma Lei fixa para a categoria 6 horas. A partir da sétima, deverão ser pagas as extras, com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o horário normal. Assim:

- 6 horas de jornada diária - 6,00 X salário mínimo do mês.
- 7 horas de jornada diária - 7,50 X salário mínimo do mês.
- 8 horas de jornada diária - 9,00 X salário mínimo do mês.

É importante que os companheiros não esqueçam que o piso salarial dos engenheiros representa um direito adquirido há 23 anos. Assim, em qualquer irregularidade não hesitem em procurar o Senge-PE. E lembrem-se: não assinem contratos de trabalho abaixo do salário mínimo da categoria. Preservem essa conquista!



## Senge define comissões de trabalho

Uma nova forma de trabalho para o Senge. Foi essa a decisão que a diretoria da entidade tomou na reunião do dia 11 de fevereiro. Serão seis comissões, algumas fixas e outras temporárias, que vão compor o programa de trabalho para 93. Além disso, a diretoria pretende incentivar comissões por empresas, sobretudo naquelas onde seus membros não têm atuação.

6 Durante reunião de diretoria, foram aprovadas as instalações das comissões de Imprensa, que deverá se pre-

ocupar com a comunicação interna, junto a categoria e com a grande imprensa; comissão de secretaria para se ocupar da reorganização de arquivos, cadastros e a parte mais burocrática da nossa entidade e uma comissão para assuntos jurídicos, cuja maior atuação deverá estar concentrada na atualização de processos trabalhistas sob responsabilidade do Senge. Também foram aprovadas as comissões de eventos e para reforma da sede, responsáveis pela promoção de palestras, semi-

nários, fóruns e painéis e pelo estudo e avaliação da ampliação e racionalização do espaço de nossa sede.

A diretoria do Senge também está preocupada em reforçar a representatividade da nossa categoria. Por isso, pretende incentivar a formação de comissões sindicais por empresas e eleger - junto à categoria - delegados sindicais em cada uma delas, a exemplo dos engenheiros do DER, que já escolheram seus dois representantes no Senge.

### MAIS OPINIÃO

#### *O Senge e as questões trabalhistas*

O processo de modernização da Justiça do Trabalho, visando torná-la mais ágil e próxima ao trabalhador, através da informatização e das juntas de balço recém-criadas no Brasil, obrigará os órgãos de classe a se adaptarem aos novos tempos. A informatização do SENGE deverá ser, portanto, uma prioridade da nova direção do Sindicato.

Urge que não só as ações trabalhistas tenham seus processos acompanhados passo a passo como a própria ação administrativa do SENGE - secretaria, divulgação, assuntos jurídicos e outras comissões - tornem-se eficientes e práticas, de modo a oferecer ao associado informações precisas, seguras e confiáveis. O Senge tem por obrigação defender os direitos da categoria, entre eles, o piso salarial do engenheiro e as questões trabalhistas do dia-a-dia, dando todo suporte jurídico necessário e obtendo assim, por consequência, a confiança de todos, independentemente das questões políticas e partidárias.

Neste novo país que se prenuncia após o desastre COLLOR/PC, devemos lutar contra a omissão e a incompetência, pois cabe a nós a responsabilidade de construção de uma nova nação, conquistando espaços, dentro dos princípios éticos e conscientes da importância de nossa participação para as urgentes mudanças sociais que se fazem necessárias. Não temos o direito de nos fecharmos dentro de nós mesmos, tomando-nos uma entidade exclusivamente corporativa. Temos que nos incorporar à frágil sociedade brasileira. Temos de participar ativamente de todas as ações de engenharia que interferem direta ou indiretamente na nossa sociedade, defendendo a categoria em todos os seus direitos, mas também cobrando suas responsabilidades.

Trazer o engenheiro para a discussão de assuntos como déficit habitacional, saneamento, uso da energia, processo de transformação nacional, meio ambiente, entre outros, deverá ser uma preocupação constante do SENGE. A relação capital/trabalho, presente em todas as ações de engenharia deverá ser aprofundada, através de debates, seminários e reuniões entre nossos associados. É nosso objetivo, a partir do próximo número do *Jornal do Engenheiro* oferecer uma coluna com informações atualizadas e confiáveis de todos os processos trabalhistas sob a responsabilidade do SENGE.

Amaro Viana de Queiroz

# Com a Palavra, o Prefeito

Foto: Luciano Ferreira/PCF



Há menos de três meses como prefeito, Jarbas Vasconcelos afirma que já tem um mapeamento das áreas de risco sobre os morros da cidade, obras iniciadas em comunidades periféricas e diversos projetos na área de limpeza urbana, drenagem e transporte. Em relação ao engenheiro, ele promete trabalho. Veja em detalhes na entrevista que ele concedeu ao **Jornal do Engenheiro**, na voz do secretário da infraestrutura municipal, João Braga, sob o consentimento da Secretaria de Imprensa da Prefeitura da Cidade do Recife.

## 1. Quais as propostas para redução do déficit da rede coletora de saneamento e o que tem de novo nos serviços de coleta e tratamento do lixo?

Vamos atacar em duas frentes. Primeiro com a solução alternativa do esgoto condominial, que custa 60% do tipo tradicional e segundo, com um trabalho junto às comunidades, no sentido de preservar a rede coletora. Para isso, vamos entrar com recursos na ordem de 19 bilhões de dólares, conseguidos no Ministério do Bem Estar Social e de mais 10 milhões de dólares do Banco Mundial. As obras já começaram e a Mangabeira será a primeira comunidade a ser beneficiada por esgotos condominiais. Já em relação à coleta e tratamento do lixo, nós começamos o trabalho de desobstrução dos 63 canais de Recife. Encontramos esses canais com mais de dois metros de lixo. Manter uma cidade limpa é uma atividade muito cara. Exige mais de três milhões de dólares ao mês. Mas já temos um

calendário de limpeza de galerias e canais, que começou nas comunidades de Jordão, Mangabeira, Nova Descoberta, Bomba do Hemetério e Macaxeira. Fora isso, estamos nos preparando para resolver o problema do lixo de Jaboatão. Só de Recife, ele recebe duas mil toneladas de detritos. Pretendemos transformá-lo em aterro sanitário e iniciar também um trabalho de coleta seletiva do lixo junto às comunidades.

## 2. O que já está sendo feito e o que deverá ser feito dentro de sua gestão, em relação à proteção aos morros?

Já fizemos o mapeamento das áreas de risco da cidade. Recife tem 1.700 pontos, dos quais 700 são muito críticos. Já determinei a liberação de Cr\$ 18 bilhões de cruzeiros para iniciar as obras e estamos articulando a Codecipe para acionar os morros sobre os riscos que o inverno pode trazer. Só que tudo o que se faz nesse sentido se deteriora muito rápido, até pelo tratamento que as comunidades dispensam aos

serviços. Por isso, estaremos premiando as comunidades que não agridem os morros e os canais de uma forma geral, com isenção parcial ou total do IPTU e sorteios de calçamento de ruas, construção de escadarias ou o que seja mais prioritário para os moradores. Vamos criar uma guarda motorizada para observar e fiscalizar essas comunidades.

## 3. Qual é a relação entre a disponibilidade de recursos e a necessidade de serviços da cidade?

A arrecadação da prefeitura está na ordem de Cr\$ 200 bilhões mensais. Só com pessoal gastamos Cr\$ 118 bilhões. Quando começamos a gastar com energia, limpeza urbana, manutenção etc, já comprometemos mais de 90% da renda da prefeitura.

## 4. De que forma o engenheiro será tratado na sua gestão?

Nossa idéia é estimular a prestação de serviços. A prefeitura vem incentivando os funcionários a se licenciarem para prestarem serviços porque se torna mais eficiente e rápido dessa forma. Com a liberação de Cr\$ 120 milhões de dólares no orçamento da União, vamos começar muitas obras ainda esse ano. E aí precisaremos muito do engenheiro e das empresas

de construção civil.

## 5. Em que situação se encontra a macrodrenagem urbana e de que forma sancioná-la?

Vamos deixar um projeto grande de macrodrenagem para ser viabilizado a longo prazo. Já começamos o cadastramento da drenagem do Recife e vamos começar a discutir as linhas gerais do projeto para conseguir financiamento dos órgãos internacionais. É um espaço para resolver definitivamente o problema da macrodrenagem na cidade.

## 6. Tarifas, renovação de frota e qualidade de serviços. O que será feito nesse sentido?

Só 8% da frota da cidade é da CTU. Mesmo assim, nós queremos discutir a questão do transporte coletivo como um todo para deixarmos de ser só órgão homologador dos aumentos decididos pela EMTU. Vamos trazer de volta para a prefeitura a engenharia de tráfego. Para isso, estamos nos preparando para trazer o Detran ao controle do município, porque a Prefeitura só fica com o ônus de aumentar as tarifas de táxi, votar no Conselho da EMTU e manter as vias de acesso conservadas na cidade. Acreditamos que devemos participar mais efetivamente do volume de recursos que o Detran movimentava. Nesse semestre, vamos dar os primeiros passos nesse sentido.

## Nota da Diretoria

*O Senge lamenta a infeliz resposta do Prefeito, na voz do secretário João Braga, em relação ao tratamento a ser dado ao engenheiro na sua gestão. Esperávamos do engenheiro João Braga uma alentadora esperança de valorização profissional, com treinamento e aperfeiçoamento técnico e, no mínimo, a garantia do cumprimento da Lei 4950-A/66. Ao invés, tivemos uma decepcionante manifestação de aversão ao serviço público, argumento - para nós - pseudo-modernizante do pensamento neo-liberal, de triste memória pelos nefastos efeitos em passado recente.*

# COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS - MÊS: FEV/93

SERVIÇOS	Unid.	PREÇOS
Escavação Manual de Valas.....	M3	65.945,40
Aterro do Cabão Material Argilo/Arenoso .....	M3	120.545,40
Concreto Magro 1:4:8.....	M3	1.266.576,43
Concreto Armado p/ Pilares, Cintas e Lajes .....	M3	5.083.106,40
Laje Pré-Moldada 200kg/M2 c/ Capoteamento e Escoramento .....	M2	249.650,40
Alvenaria com Tijolos de 6 furos 1/2 vez .....	M2	94.905,40
Alvenaria com tijolos de 6 furos 1 vez .....	M2	180.779,76
Elemento Vazado de Cimento.....	M2	449.514,38
Chapisco no Traço 1:4 .....	M2	10.528,62
Massa a no Traço 1:3:5 .....	M2	47.664,48
Azulejo Branco Inclusive Emboço .....	M2	290.401,44
Piso Cementado.....	M2	71.154,13
Piso Granilite com Junta de Vidro .....	M2	199.177,38
Piso Cerâmico São Caetano ou Similar .....	M2	315.581,52
Piso Lajota Pré-Moldado 50 X 50 de Cimento .....	M2	115.614,20
Madeiramento p/ Telha Canal .....	M2	184.045,36
Madeiramento p/ Telha Ondulada Fibrocimento.....	M2	56.654,15
Telha Canal.....	M2	108.059,56
Telha Ondulada Fibrocimento 6mm .....	M2	177.855,74
Porta de Madeira de Lei Externa c/ Grade e Ferragem .....	M2	834.874,28
Porta de Madeira Semi-Oca Interna c/ Grade e Ferragem .....	M2	605.603,27
Vidro Fantasia .....	M2	181.312,20
Vidro Liso 4mm .....	M2	395.152,49
Ponto de Luz .....	PT	547.142,80
Ponto de Tomada .....	PT	322.023,83
Ponto D'Água.....	PT	719.820,59
Ponto de Esgoto .....	PT	851.649,46
Bacia Sanitária Celite c/ Assento .....	UN	1.134.612,72
Válvula Hidra .....	UN	1.047.169,56
Lavatório Celite c/ Ferragens .....	UN	1.086.857,12
Descarga Plástica .....	UN	218.209,44
Balcão Inox com 1,40 M - Completo .....	UN	2.308.374,38
Pintura Interna em Tinta Látex c/ Emassamento - 2 Demãos .....	M2	47.476,10
Pintura Externa em Tinta Látex c/ Emassamento - 2 Demãos .....	M2	69.452,94
Esmalte Sintético Sobre Madeira .....	M2	117.587,03
Esmalte Sintético Sobre Ferro .....	M2	69.973,25
Caiação em 3 Demãos .....	M2	17.728,57
Areia Fina .....	M3	150.000,00
Areia Grossa Lavada .....	M3	180.000,00
Saibro .....	M3	130.000,00
Brita 19 .....	M3	365.000,00
Brita 25 .....	M3	390.000,00
Tijolo 6 Furos .....	MIL	850.000,00
Cimento Portland - SC 50kg .....	UN	110.000,00
Ferro CA. 60-5.0 .....	KG	12.500,00
Ferro CA. 50-8.0 .....	KG	11.000,00
Arame Recozido-18.....	KG	20.000,00
Laje Pré-Moldada-200 kg/M2.....	M2	110.000,00
Massa Corrida PVA (18 litros).....	LT	220.000,00
Tinta PVA Látex Interna .....	GL	125.000,00
Tinta PVA Látex Externa .....	GL	239.000,00
Tinta Esmalte Sintético .....	GL	325.000,00

### Observações:

- I - Período da pesquisa de preços 16 a 19/02/93  
 II - Taxa de encargos sociais adotadas: 124,30%  
 III - Não está computada nenhuma taxa de B.D.I. nas composições de preços apresentadas

## INDICADORES ECONÔMICOS

MÊS	INCC	UPF	UPC	UFR	UFO	INFLAÇÃO (IGPM)	SALÁRIO MÍNIMO	UFIR
JUN/92	18,03	20,628.93	15,368.43	97,101.96	97,101.96	23.61	230,000.00	1,707.05
JUL/92	25,53	24,971.32	26,987.32	118,901.35	118,901.55	21.84	230,000.00	2,104.28
AGO/92	17,28	30,887.03	26,987.32	144,370.02	144,370.02	24.63	230,000.00	2,546.39
SET/92	34,29	38,058.99	26,987.32	175,683.88	175,683.88	25.27	522,186.94	3,135.62
OUT/92	18,91	47,718.37	51,570.80	220,553.54	220,553.54	26.76	522,186.94	3,867.16
NOV/92	29,16	59,661.36	51,570.80	280,919.04	280,919.04	23.43	522,186.94	4,852.51
DEZ/92	18,84	73,581.16	51,570.80	350,980.25	350,980.25	25.08	522,186.94	6,002.55
JAN/93	36,90	91,203.83	98,566.97	435,987.67	421,176.30	25.83	1,250,700.00	7,412.55
FEV/93		115,609.97	98,566.97	694,262.45	527,691.79	28.42	1,250,700.00	12,161.36

Ferragens, Tintas, Louças Sanitárias, Pisos Cerâmicos,  
Material Elétrico e para Construção em Geral



ARMAZÉM BOM CONSELHO

João Francisco de Oliveira & Cia Ltda.

#### MATRIZ

Rua Direita, 305 - 224-4847  
 PABX 224-9933 - 224-4866  
 FAX (081) 424-2872  
 C.G.C. 10.890.739-0001-70  
 INSC. 18.1.001.0001922-0  
 Recife-Pernambuco

#### FILIAL

Rua Alda de Andrade, 321  
 Tels. 339-6248 - 339-6100  
 C.G.C. 10.890.739-0004-12  
 INSC. 18.1.001.0061643-1  
 Imbiribeira-Recife-PE



JÚPITER  
CONSTRUTORA LTDA.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL

- CONSTRUÇÕES EM GERAL
- INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS
- INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
- SANEAMENTO
- PAVIMENTAÇÃO
- ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO
- RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL
- IMPERMEABILIZAÇÕES

Estrada do Bongl, 503.  
 Bongl - Recife  
 Fone: (081) 445.1408  
 227.4611

Faça seu anúncio no Jornal do Engenheiro  
 Ligue 222.2902